

O português de e em São Tomé e Príncipe: sistema, variação, emergência e sociedade

RESUMO

Em São Tomé e Príncipe (STP), o português, além de oficial, é a língua materna e majoritária da população. A difusão do português, no país, culminou na emergência de variedades autóctones, dentre elas, o português de São Tomé e Príncipe (PSTP), variedade que possui traços linguísticos singulares. Propomos, neste artigo, a partir da análise de 3.137 dados coletados *in loco*, o exame de um desses aspectos: a fusão de róticos [r] e [ʁ]. Com base nos dados e na literatura, atestamos a existência de um sistema fonológico do PSTP próprio a essa variedade, com restrições singulares, e, portanto, distinto de outros sistemas de língua portuguesa. Ademais, a discussão da emergência e da difusão da língua portuguesa em STP compõe, também, um de nossos objetivos. Desse modo, trazemos, a partir de fatos socio-históricos, uma reflexão crítica acerca da ascensão do português no arquipélago, discutindo questões ideológicas que transpassam o português enquanto língua pluricêntrica. Ressaltamos, por fim, a importância de uma abordagem linguística e política que abarque a diversidade e promova a inclusão de variedades africanas em todos os espaços de uso linguístico.

PALAVRAS-CHAVE: português de São Tomé e Príncipe; róticos; sociedade; atitude do falante.

1. Introdução

A República Democrática de São Tomé e Príncipe (STP) é um país da costa oeste africana composto pela ilha de São Tomé e do Príncipe, e por pequenos ilheus. Além de língua oficial, o português é a língua materna de parte substancial da população santomense, fato que culminou na emergência de diferentes variedades da língua portuguesa autóctones a STP. Dito isso, o objetivo deste artigo é discutir o estatuto fonêmico do rótico no sistema fonológico do português de São Tomé e Príncipe (PSTP), além de debater a emergência e o atual *status* social e ideológico dessa variedade nacional.

Em um primeiro momento, focaremos em aspectos linguísticos, examinando a perda de contraste fonológico dos róticos, com base na análise de dados coletados *in loco* e na literatura relativa ao tema (AGOSTINHO, 2016; BOUCHARD, 2017, 2018; BRANDÃO et al., 2017; PEREIRA; HAGEMEIJER; FREITAS, 2018; AGOSTINHO; MENDES, 2020; AGOSTINHO;

SOARES; MENDES, 2020; MENDES, 2021). Nosso intuito inicial é demonstrar que a fusão dos róticos, além de corresponder a uma marca de variação do PSTP, é um fenômeno que revela um sistema fonológico inerente a essa variedade, com restrições distintas ao português brasileiro (PB) e europeu (PE). Isso feito, propomos, em seguida, uma reflexão crítica acerca do contexto sociolinguístico no qual o português se expandiu e é atualmente falado, discutindo as ideologias que suportam a difusão da língua portuguesa em STP, em detrimento às línguas crioulas locais, e, posteriormente, que marcam a sobressalência do PE, enquanto norma linguística institucionalizada, em agravo às variedades autóctones do arquipélago.

Os fatores estruturais, socio-históricos e ideológicos serão avaliados tendo em vista os contextos de uso onde o PSTP é falado, abarcando a atitude do falante santomense frente ao português - enquanto língua oficial -, mas também em relação às línguas crioulas minorizadas e, mesmo, relativamente à(s) variedade(s) desenvolvida(s) no país. Concluimos, a partir desse percurso analítico, o qual abrange as interrelações entre as dimensões estruturais e socio-históricas da língua, que o PSTP possui especificidades formais e sociais que não somente atestam a emergência de uma variedade nacional do português em STP, como também testemunham a pluralidade da língua portuguesa.

O desenvolvimento e a expansão do PSTP, portanto, evidenciam diferentes processos de variação e mudança linguística impulsionados pela atitude dos falantes, pela transmissão linguística do português que partiu de uma segunda língua (L2) (LUCCHESI & BAXTER, 2009), pelo contato com as línguas locais e, principalmente, pelo valor simbólico social atribuído ao português naquela sociedade. Ademais, a problematização dos valores sociais em torno do PSTP expõe um desafio político e linguístico intrínseco ao português enquanto língua pluricêntrica: a urgência de admissão e reconhecimento político e social de uma norma linguística santomense própria – a qual possa romper com a longa tradição de uma abordagem unilateral e lusitanizante da língua que marginaliza variedades não-europeias do português. Assim sendo, este estudo se justifica, sobretudo, por: (i) contribuir descritivamente, mediante a análise da fusão dos róticos, com a caracterização fonológica do PSTP e (ii) suscitar um debate histórico e sociopolítico que visa amparar o uso do PSTP em diversos espaços sociais.

2. A língua portuguesa: sistema e variação

Aula de português, um poema de Carlos Drummond de Andrade, não raramente é evocado em diálogos que perpassam a variação linguística. Discorrendo sobre a diferença entre a língua falada - natural, espontânea e dominada por todo e qualquer falante -, e as normas

difundidas mediante o ensino formal, laboriosas e incorporadas após treinamento institucional, o autor assume que “*o português são dois; o outro, mistério*”. A cisão poética da língua portuguesa em duas está circunscrita na dicotomia uso real x norma alvo e, por isso, oferece um estímulo inicial para um debate muito mais amplo sobre as trajetórias da língua portuguesa: o português não são dois, são múltiplos e diversos.

A variação, além de ser uma expressão de vitalidade linguística, revela o profundo vínculo entre língua (sistema formal) e sociedade (usos linguísticos): ora, a linguagem é justamente uma atividade humana cultural e socio-historicamente contextualizada e, portanto, heterogênea. Nesse sentido tanto os fatores socioculturais afetam e engatilham fenômenos linguísticos, quanto a língua pode influenciar o comportamento de indivíduos e, por isso, afetar uma determinada sociedade. Dito de outro modo, a variação linguística é orgânica às línguas conquanto seus falantes sejam indivíduos sociais e, por isso, diferentes em vários aspectos sociais tais como classe socioeconômica, escolarização, idade, sexo, região, contato linguístico, entre outros fatores externos que insuflam variações.

A expansão europeia do século XV e XVI, balizada pelo colonialismo estendido até os séculos XIX e XX, fomentou, por exemplo, o deslocamento de línguas europeias, dentre as quais a língua portuguesa, aos continentes americano e africano. A mobilidade dos falantes de português, em conjunto com políticas de imposição e assimilação cultural aos povos escravizados da América do Sul e da África Atlântica, levou a língua portuguesa a ser o veículo de comunicação em diversos espaços, configurando a língua materna (L1), e muitas vezes única, de uma parte substancial da população de países como Brasil e São Tomé e Príncipe.

O português é, hoje, a língua oficial de nove países: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe, Timor-Leste e, desde 2010, Guiné Equatorial, sendo, reconhecidamente, uma língua pluricêntrica (KLOSS, 1978). Clyne (1992), a esse respeito, indica que as línguas pluricêntricas possuem mais de um centro de referência, representando diversas normas linguísticas com usos variados. Nesse sentido, o pluricentrismo linguístico, ao mesmo tempo que unificaria pessoas, falantes de uma mesma língua, também atuaria como um elemento separador, já que o uso da língua pluricêntrica não é uniforme estrutural e socialmente, sendo natural o desenvolvimento de normas nacionais específicas (CLYNE, 1992).

Evidentemente, apesar do estatuto oficial do português nos nove países supracitados, este é social e estruturalmente diverso, ocupando espaços sociolinguísticos variados a depender da localidade em evidência, visto que a língua é constituída por uma heterogeneidade ordenada (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006[1968]). Assim, mesmo dentro de um mesmo país, a

língua é heterogênea. Ao migrar, a língua portuguesa foi levada a ecologias linguísticas distintas, envolvendo-se em diferentes situações de contatos com línguas diversas e, portanto, culminando em profusos fenômenos linguísticos decorrentes de encontros plurilíngues (MUFWENE, 2004). Logo, para melhor reflexão de como fatores sociais afetam a língua, é importante compreender, também, o funcionamento formal dos sistemas linguísticos. Variação e mudança linguística são, assim, correlacionadas a fatores linguísticos e sociais e expressam vitalidade linguística.

Isso posto, pretendemos analisar a variação dos róticos como um fator fonológico que demarca estruturalmente o PSTP, falado em São Tomé e Príncipe. Para tanto, apresentamos o *corpus* e a metodologia na seção 3, e, na seção 4, discutimos a fusão do rótico nessa variedade, oferecendo exemplos e examinando as consequências de tal processo para o sistema fonológico do PSTP.

3. Metodologia

Nos anos de 2016 e 2019 foram realizados dois trabalhos de campo em São Tomé e Príncipe. Nessa ocasião, coletamos 22 (vinte e duas) entrevistas de fala espontânea, com duração de 60 minutos, de modo a levantarmos e analisarmos diferentes processos linguísticos do PSTP – a compilação dos processos foi realizada após o descarte total dos primeiros 15 minutos de gravação. Tais entrevistas foram conduzidas com sujeitos do sexo feminino e masculino, com diferentes níveis de escolaridade e de diferentes idades, todos naturais de STP, que apresentavam o português como língua materna.¹

Os perfis dos informantes são apresentados na tabela 1. O *corpus* linguístico formado pelas entrevistas é heterogêneo e apresenta variabilidade de idade e escolaridade, oferecendo uma amostra ampla das variedades analisadas. Nesta tabela, a escolaridade está separada em baixa (4-5 anos), média (6-9 anos), alta (10-12 anos) e graduação. Como em STP, além do português, são faladas outras línguas, L2 corresponde à segunda língua falada pelos indivíduos, a qual corresponde a uma língua crioula: santome, lung'le ou kabuverdianu (seção 5).

¹ Antes das entrevistas, um termo de consentimento, no qual explicitávamos os propósitos das gravações e da pesquisa, era apresentado aos participantes. Após a assinatura desse termo, o entrevistador realizava algumas perguntas que poderiam auxiliar a documentação e análise linguística: (i) nome completo; (ii) data de nascimento; (iii) escolaridade; (iv) naturalidade; (v) naturalidade dos pais; (vi) fala outras línguas?; (vii) compreende outras línguas? Em STP não existe comitê de ética para o qual pudéssemos submeter este estudo – que também não pode ser submetido ao comitê de ética do Brasil por ser realizado em outro país. Ainda assim, os informantes, as autoridades regionais de STP, assim como a Embaixada do Brasil local, estavam cientes da condução dos testes, bem como dos propósitos científicos da tese a qual este artigo está vinculado.

Tabela 1 – Informantes – fala espontânea.

Idade	Sexo	Escolaridade	L2	Idade	Sexo	Escolaridade	L2
18	M	Alta	Kabuverdianu	27	M	Alta	Lung'Ie
18	F	Alta	----	31	M	Média	----
19	F	Alta	----	35	M	Média	----
19	M	Alta	Santome	37	F	Baixa	----
20	F	Média	Kabuverdianu	41	M	Alta	----
20	F	Média	----	43	M	Alta	----
20	F	Alta	Santome	46	F	Alta	Santome
23	F	Média	----	50	F	Alta	----
24	M	Alta	----	52	F	Graduação	----
25	F	Média	----	70	M	Baixa	Santome
26	F	Média	----	73	M	Baixa	Lung'Ie

Fonte: elaboração própria.

Trabalhamos, no total, como 1.311 ocorrências de 688 palavras que continham o rótico em diferentes posições de onsets: (i) em início de palavra – **rato** ['ra.tu] ~ ['ɾa.tu]; (ii) em posição intervocálica – **para** ['pa.re] ~ ['pa.ɾe]; (iii) antecidos por coda/vogal nasalizada – **honra** ['õ.re] ~ ['õ.ɾe] e (iv) segunda posição de um onset complexo – **prato** ['pra.tu] ~ ['pɾa.tu].

Somando-se ao *corpus* de fala espontânea, coletamos 1.826 ocorrências de 93 itens de fala controlada, obtidas a partir da eliciação de dados com auxílio de imagens. Durante as sessões de gravação, uma imagem era mostrada ao participante que nomeava a ação ou objeto apontado pelo pesquisador, repetindo a palavra-alvo três vezes dentro de x na sentença “**Eu falo x baixinho**”.² As palavras coletadas, substituídas em x, continham variações sonoras do rótico em coda, como em **correr** [ko.'reɾ] ~ [ko.'ɾeɾ], **forte** ['fɔɾ.tɪ] ~ ['fɔɾ.tɪ], dentre outras realizações de itens verbais e nominais. Houve o descarte da primeira rodada de repetições e, portanto, analisamos duas ocorrências por informante. Na tabela 2 trazemos os dados dos 12 (doze) participantes, os quais apresentam perfis mais homogêneos entre si quando contrastado aos perfis dos informantes de fala espontânea.

² Além dos dados elicitados, o teste abrangia, também, itens distratores, os quais não apresentavam /r/ em coda, como, por exemplo, **chocolate**, **sal**, **túnel**, entre outros.

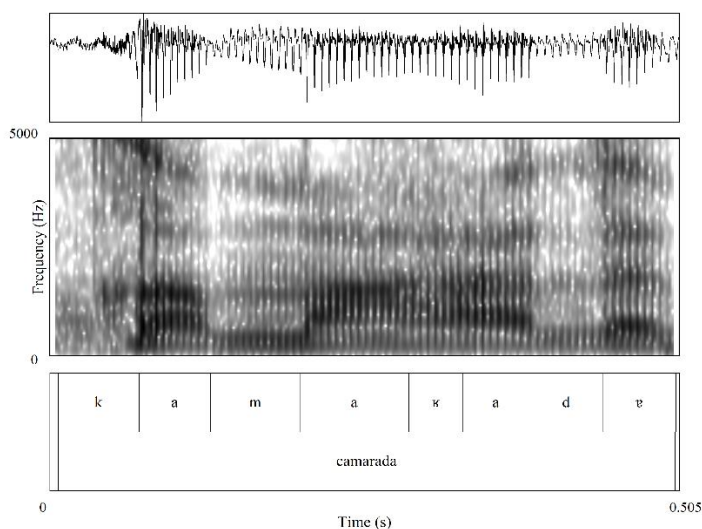
Tabela 2 – Informantes – fala controlada.

Idade	Sexo	Escolaridade	L2
18	F	Alta	Kabuverdianu
18	M	Alta	----
18	F	Alta	----
18	M	Alta	----
18	F	Alta	----
18	F	Alta	----
19	M	Alta	Santome
19	M	Alta	----
20	F	Alta	----
20	M	Alta	----
22	F	Média	----
23	M	Média	Kabuverdianu

Fonte: elaboração própria.

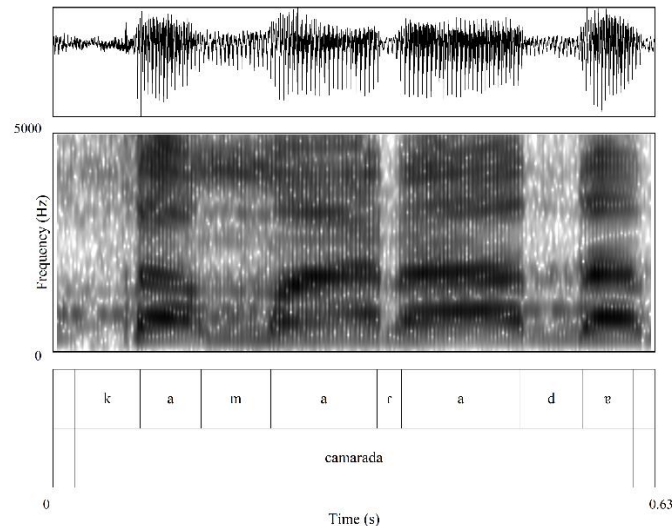
No total avaliamos 3.137 ocorrências de 781 palavras produzidas com o rótico ou mediante o seu apagamento, considerando todas as posições silábicas. Além disso, os dados foram acusticamente etiquetados e examinados no software Praat, de modo a avaliarmos, espectralmente, as variações atestadas, como exemplificado no espectrograma da palavra **camarada** [ka.ma. 'k̠a.də] na figura 1. Nesta figura, a realização de [k̠] é demarcada pela turbulência espectral comum à fricativa uvular vozeada, distribuída entre 1000 – 6000 Hz. Já o tepe que é caracterizado por uma breve constrição do fluxo de ar, como no espectro de **camarada** [ka.ma. 'ɾa.də] na figura 2. Assim, através das características acústicas das diferentes produções do rótico, identificamos e contabilizamos as realizações fonéticas de tal segmento para todos os contextos analisados.

Figura 1 – Espectrograma da palavra camarada – com [k̠].



Fonte: elaboração própria.

Figura 2 – Espectrograma da palavra camarada – com tepe.



Fonte: elaboração própria.

Feito isso, a descrição e o exame fonético e fonológico propostos pretendem: (i) avaliar a distribuição estrutural e percentual dos róticos; (ii) revisitar trabalhos como de Câmara Jr. (1970), Mateus e D’Andrade (2000) e Abaurre e Sândalo (2003), traçando uma comparação entre o PSTP, o PB e o PE; e (iii) retomar estudos do rótico no PSTP, especialmente Bouchard (2017; 2018) e Agostinho, Soares e Mendes (2020), ressaltando a relevância de incorporarmos à análise fatores como contato e mudança linguística.

4. O rótico no PSTP: uma análise fonológica

Os róticos constituem um grupo sonoro que apresenta ampla heterogeneidade fonética e compõe grande parte das línguas naturais conhecidas até então (LADEFOGED & MADDIENSON, 1996). Em geral, embora as classes sonoras tradicionais, de um ponto de vista fonético, sejam definidas em decorrência de um conjunto de propriedades acústicas e sonoras dos sons, a mesma classificação não ocorre com os róticos: produzidos de diferentes modos (tepe, vibrante, fricativa e aproximante) e em diferentes pontos de articulação (alveolar, velar, uvular e glotal), esse grupo apresenta grande variação (LINDAU, 1985; LADEFOGED & MADDIESON, 1996). O PSTP é um exemplo de tal variabilidade dos róticos, sendo,

justamente, a alternância entre o r-fraco [r], e o r-forte [r, x, ɣ, h, fi, R, ʁ], um dos traços mais característicos a essa variedade.³

No quadro 1, trazemos alguns exemplos a respeito de tal variação, em que R corresponde à posição do rótico na sílaba, C a uma consoante e V a uma vogal. Para tanto, adotamos os fones [r] e [ʁ] para denotar o r-fraco e o r-forte, respectivamente. A fricativa uvular [ʁ] foi eleita para representar as diversas variantes posteriorizadas observadas no PSTP justamente por compor a variante de r-forte mais recorrente.

Quadro 1 – Posição Silábica.

<u>RV.CV</u>	<u>CV.RV...</u>	<u>(C)VC.RV...</u>	<u>CRV.CV...</u>	<u>(CV).CVR.(CV)</u>
[r ~ ʁ]ato	co[r ~ ʁ]er	en[r ~ ʁ]olar	p[r ~ ʁ]ato	ca[r ~ ʁ]ta
[r ~ ʁ]alar	ca[r ~ ʁ]o	hon[r ~ ʁ]a	f[r ~ ʁ]aco	pa[r ~ ʁ]to
[r ~ ʁ]egião	pa[r ~ ʁ]a	hon[r ~ ʁ]ado	t[r ~ ʁ]atamento	pesca[r ~ ʁ]
[r ~ ʁ]iso	ae[r ~ ʁ]porto	Hen[r ~ ʁ]ique	p[r ~ ʁ]ecisar	aeropo[r ~ ʁ]to

Fonte: elaboração própria.

Distintamente do PB e do PE, ao observarmos a alternância entre [r] ~ [ʁ], notamos que esta ocorre em todas as estruturas silábicas: em onset no início absoluto de sílabas CV (RV.CV), em onset entre vogais (CV.RV), em onset seguido por coda ((CV)C.RV), na segunda posição de um onset complexo (CRV.CV) e em coda (CVR.CV.). Assim, a posição silábica não explica a alternância entre os róticos que, inclusive, gera *outputs* homófonos como **caro** ['ka.ʁo] ~ ['ka.ro] e **carro** ['ka.ʁo] ~ ['ka.ro].

Observando, em seguida, a tonicidade das sílabas que comporta essa variação, a alternância dos róticos tampouco é justificada pela proeminência lexical, visto que a variação é mantida em sílabas tônicas e átonas (quadro 2).

Quadro 2 – Tonicidade.

Tônica	Átona
[r ~ ʁ]ato	[r ~ ʁ]egião
co[r ~ ʁ]er	ca[r ~ ʁ]o
ap[r ~ ʁ]eço	[r ~ ʁ]alar
[r ~ ʁ]ito	ae[r ~ ʁ]porto

Fonte: elaboração própria.

³ R-forte e r-fraco é uma terminologia adotada por Câmara Jr. (1970) mantida neste estudo com propósitos didáticos. Nesse sentido, o r-forte é compreendido como uma pronúncia mais “forte” do rótico, comum em início de palavra como em **rato** e, em meio de palavra, assinalada, ortograficamente por <rr> como em **carro**. Já o r-fraco é representado, ortograficamente, por <r> em **caro** e em **para**.

Resultado similar é verificado ao investigarmos as variantes de acordo com a posição da palavra, pois a alternância [r] ~ [ʁ] também é possível em início, meio e final de palavra (morfológica e prosódica), como no quadro 3.

Quadro 3 – Tonicidade e Posição na Palavra.

Início	Meio	Final
[r ~ ʁ]ato	co[r ~ ʁ]er	corre[r ~ ʁ]
[r ~ ʁ]alar	ca[r ~ ʁ]o	ma[r ~ ʁ]
[r ~ ʁ]egião	pa[r ~ ʁ]a	pa[r ~ ʁ]
[r ~ ʁ]isso	ae[r ~ ʁ]porto	horro[r ~ ʁ]

Fonte: elaboração própria.

Por fim, o contexto vocálico seguinte também não é capaz de explicar a variação em evidência, já que, em nossos dados, a variação [r] ~ [ʁ] ocorreu ante as sete vogais orais e as cinco vogais nasalizadas do PSTP (quadro 4).

Quadro 4 – Contexto Vocálico Seguinte.

Vogal Precedente	Exemplo [v]	Exemplo [ṽ]
[i] ~ [ĩ]	i[r ~ ʁ]itar	so[r ~ ʁ]indo
[e] ~ [ẽ]	[r ~ ʁ]eligioso	[r ~ ʁ]enda
[ɛ]	[r ~ ʁ]égua	-
[a] ~ [ã]	pa[r ~ ʁ]ado	a[r ~ ʁ]ancar
[ɔ]	[r ~ ʁ]oda	-
[o] ~ [õ]	ho[r ~ ʁ]o[r ~ ʁ]oso	[r ~ ʁ]omper
[u] ~ [ũ]	[r ~ ʁ]ural	[r ~ ʁ]uim

Fonte: elaboração própria.

Os dados dos quadros 1 – 4 atestam que o caráter distintivo do rótico no PSTP é anulado. Isso ocorre, pois a instabilidade de realização fonética dos róticos, comumente encontrada na coda no PB, é detectada também em onsets simples e complexos (quadro 1), em sílabas tônicas e átonas (quadro 2), em começo, meio e final de palavra (quadro 3) e diante de todas as qualidades vocálicas (quadro 4). Ademais, mesmo havendo um perfil amplo de falantes, a variação entre [ʁ] ~ [r] foi verificada – em maior ou menor grau - na produção de todos eles, ocorrendo, também, em grande parte dos itens lexicais.⁴ Dessa forma, nossos resultados demarcam a existência de um sistema fonológico do PSTP próprio a essa variedade e, portanto, com restrições específicas e distintas de outros sistemas de língua portuguesa, tais como PB e o PE.

⁴ Não compõe um de nossos objetivos avaliar a distribuição dos róticos de nosso *corpus* tendo em vista fatores sociais, porém ressaltamos a relevância de tal análise – que está em andamento. Reportamos a importância de algumas variáveis sociais na seção 2.3.

Tal conclusão é reforçada diante da análise da distribuição de 1.311 ocorrências de fala espontânea. Percentualmente, na posição intervocálica (745 ocorrências), o r-forte [ʀ] ocorreu em 47% (350/745) dos dados e o r-fraco [r] em 53% (392/745). Ao compararmos esses dados com os do PB e do PE padrão, variedades que pressupõem o contraste fonológico intervocálico entre /ʀ/ e /r/, as diferenças entre as variedades são evidenciadas no quadro 5.

Quadro 5 – Itens com rótico intervocálico - diferenças entre o PSTP, o PB e o PE.

PSTP	PB	PE
ado[ʀ ~ r]o	ado[r]o	ado[r]o
altu[ʀ ~ r]a	altu[r]a	altu[r]a
a[r ~ ʀ]oz	a[ʀ]oz	a[ʀ]oz
ba[r ~ ʀ]iga	ba[ʀ]iga	ba[ʀ]iga
be[ʀ ~ r]injela	be[r]injela	be[r]injela
mo[r ~ ʀ]er	mo[ʀ]er	mo[ʀ]er

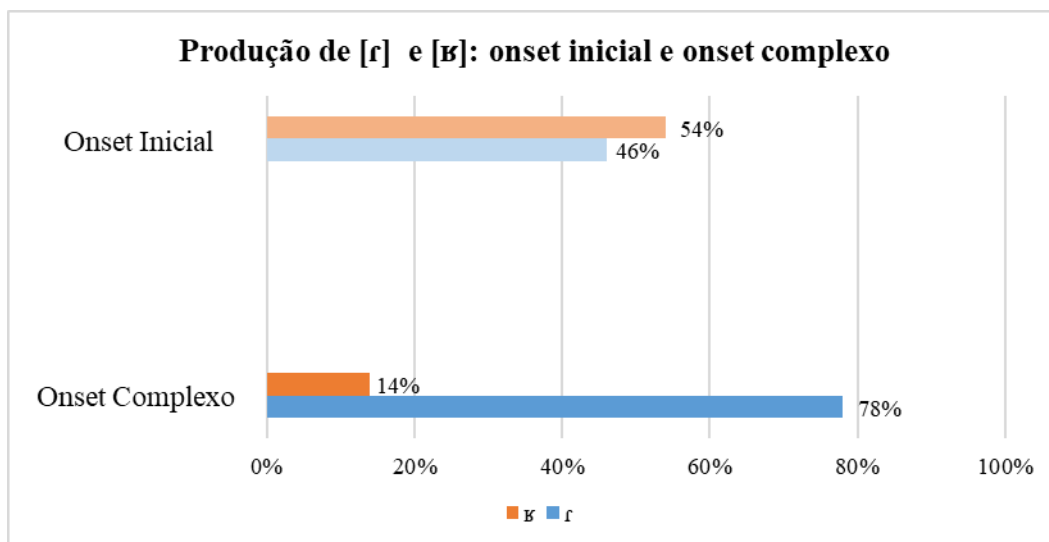
Fonte: elaboração própria.

No quadro 5, expomos algumas diferenças entre as variedades na produção de [ʀ] e [r] intervocálicos. Considerando as palavras examinadas, há formas que não coincidem com o PB e o PE padrão, sendo 51% (380/745) das formas produzidas do PSTP distintas do PB/PE. Esses percentuais são muito próximos aos valores identificados por Mendes (2021), que assinala a produção de 46.4% formas intervocálicas não coincidentes entre o português principense (PP)⁵ e o PB/PE, e corroboram nossa hipótese de que estamos diante de um sistema fonológico singular ao PSTP que não apresenta distinção fonológica entre róticos intervocálicos.

A perda de contraste entre os róticos e a consequente fusão de [ʀ] e [r] traz outras implicações estruturais ao sistema do PSTP, posto que as restrições sonoras, quanto à distribuição do rótico em constituintes silábicos, são modificadas. Focando na posição de onset, a distribuição percentual dos róticos, em onset inicial e em onset complexo, é apresentada na figura 3.

Figura 3 – Distribuição de [r]~[ʀ] em onset – fala espontânea.

⁵ Macrovariedade falada na ilha do Príncipe em São Tomé e Príncipe.



Fonte: elaboração própria.

Em onset inicial, [ʁ] foi observado em 54% (115/212) dos itens, já [r] foi produzido em 46% (97/212) das ocorrências. Nessa posição, em comparação ao PB e ao PE, [r] é a forma distinta, uma vez que, em onset inicial, o r-forte é a variante licenciada em tal posição nas variedades brasileira e europeia. Por fim, para o onset complexo, foi observada a seguinte distribuição: [ʁ] 14% (49/354); [r] 78% (275/354) e apagamento 8% (30/354). Embora [r] seja o fone mais recorrente, a presença de [ʁ], nesta posição, expõe, mais uma vez, que as restrições fonológicas do PSTP são singulares, visto que, esta, em comparação com o PB e o PE, é a única que licencia a fricativa [ʁ] como o segundo elemento de um onset complexo. No PB e no PE, ao contrário, apenas as consoantes líquidas e soantes [l, r] são permitidas e, por isso, formas como **fraco** [ˈfɾa.ko], atestadas em 14% dos dados do PSTP, seriam agramaticais.

A coda, por sua vez, foi o constituinte no qual o rótico sofreu mais variabilidade no PSTP, podendo ser produzido de diferentes formas ou ser apagado – característica muito semelhante ao PB (CALLOU; LEITE; MORAES, 1994; RODRIGUES, 2012; etc.). A partir de um *corpus* elicitado composto por 1.826 ocorrências de 93 palavras, avaliamos as possíveis realizações e fenômenos do rótico em coda, como indicado na tabela 3.

Tabela 3 – Distribuição do rótico em coda – fala controlada.

Variante	N. ocorrências	%
r	21	1,2%
ɾ	371	20%
x, ɣ	11	0,6%
h, fi	106	6%
ʀ	8	0,4%

ɾ	491	27%
ʎ	17	0,9%
w	14	0,8%
Metátese	19	1,1%
Apagamento	768	42%
Total	1.826	100

Fonte: elaboração própria

A distribuição dos dados apresentada na tabela 3 nos permite verificar que, a despeito das diferentes formas identificadas, os segmentos mais recorrentes foram o tepe [ɾ] 20% e a uvular [ɾ] 27%, sendo o apagamento 42% ainda mais expressivo (cf. BRANDÃO et al., 2017; BOUCHARD, 2017; AUTOR(A), XXX). Com exceção de [ʎ, w] e a metátese, cujo domínio são exclusivamente codas mediais, as demais realizações do rótico foram constatadas em coda medial e final.

Ainda dentro do domínio da palavra, é importante ressaltar que a alternância entre [ɾ] ~ [ɾ] é identificada em palavras findas por um rótico em coda, nas quais pode ser acrescido o sufixo de plural -es: **mares** ['ma.ɾɪ] ~ ['ma.ɾɪ]. Em fronteira de palavra, a alternância sincrônica entre os róticos também é mantida, havendo a possibilidade de reestruturação do rótico em onset, como exposto em (1), contexto de sândi consonantal.

(1)

a. Amo[ɾ]e paixão

b. Perde[ɾ]o jogo

A variação observada em decorrência da aplicação de regras morfofonológicas ou mesmo fonológicas, todas tendo como domínio a palavra ou sua fronteira, indicam que a fusão dos róticos está presente já na formação de palavras, sugerindo que tal alternância não decorre de regras pós-lexicais, porém é recorrente, também, nesse nível em interação com a sintaxe.

A distribuição fonotática do rótico não é uma evidência linguística que possa justificar /ɾ/ ou /ɾ/, de forma excludente, como segmentos licenciados no sistema fonológico consonantal do PSTP, tampouco há como atribuir uma natureza fonológica para ambos os fones. Isso ocorre porque, nos dados observados, [ɾ] ou [ɾ] são realizados nos mesmos contextos, refutando qualquer argumento que utilize a distribuição dos róticos como justificativa para eleição de um ou de outro segmento como forma fonológica componente do quadro consonantal do PSTP.

Cientes de que a variação [r] ~ [ʁ] não é engatilhada por contexto segmental, ocorre em todos os constituintes silábicos e em regras lexicais e pós-lexicais, além de ser identificada na fala de um mesmo indivíduo, a hipótese de que /r/ e /ʁ/ são fonemas em distribuição complementar não explica o uso do rótico no PSTP. Ademais, a neutralização fonológica, como proposto por trabalhos como Bouchard (2017), Brandão et al. (2017) e Pereira, Hagemeyer e Freitas (2018) também falha em justificar a alternância fonológica entre os róticos: não há uma oposição fonológica que deixa de existir em um determinado contexto. Temos evidências, então, para assumir a perda de contraste fonológico entre os róticos, resultando, apenas em um segmento /r/⁶ no quadro fonológico dessa variedade, como proposto por Agostinho, Soares e Mendes (2020), Agostinho e Mendes (2020), Mendes (2021), AUTOR(A) (no prelo). De modo a reforçarmos a análise aqui proposta, avaliaremos, também, fatores externos à língua, como indicado na seção 4.1.

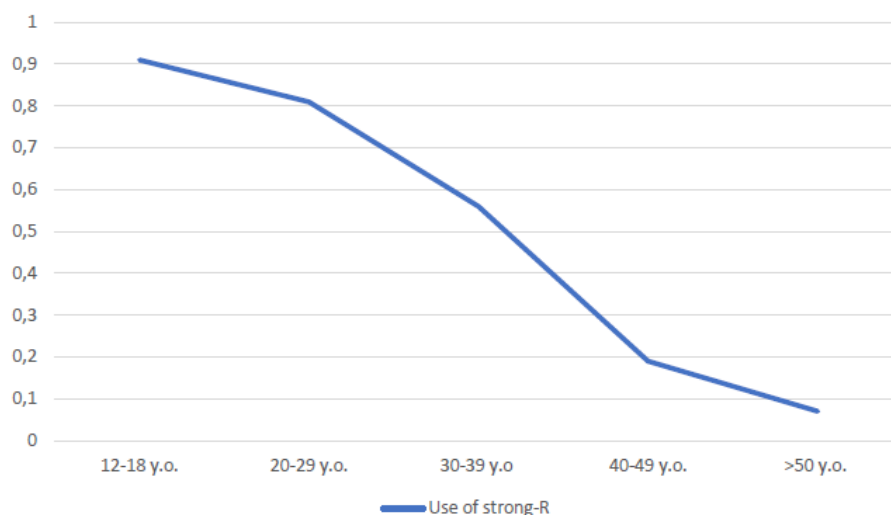
4.1 O rótico no PSTP: mudança e contato linguístico

Como discutido na seção anterior, a distribuição dos dados avaliados reforça o fato de que, dentre os fatores linguísticos analisados, a variação dos róticos no PSTP não é justificada pela estrutura silábica, posição da palavra, contexto vocálico seguinte ou mediante o acento lexical. Assim sendo, é preciso observarmos, também, fatores externos à estrutura linguística que possam conceder pistas acerca de tal variação e esclarecer nossa hipótese de fusão fonológica dos róticos.

A esse respeito, Bouchard (2017; 2018) indica uma influência relevante da variável faixa etária no uso de [ʁ], no PSTP, sendo o emprego de [ʁ] associado aos santomenses mais jovens que cresceram após a independência do país em 1975, como ilustrado na figura 3 (BOUCHARD, 2017, p.261).

Figura 4 – Emprego de [ʁ] conforme a idade.

⁶ Adotamos a forma /r/ por ser a que melhor deriva fonologicamente [ʁ] e [r] – mais detalhes ver AUTOR(A) (a sair).

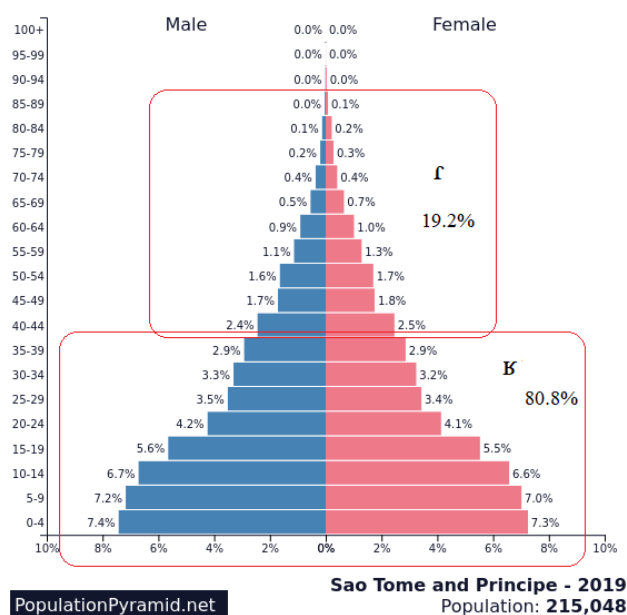


Fonte: Bouchard (2017, p. 261).

Para Bouchard (2017; 2018), o uso de [ʁ] pelas gerações mais jovens de São Tomé é um indicativo de mudança linguística em curso. De acordo com a autora, as gerações mais velhas, especialmente aquelas nascidas antes da independência do país, não só desfavorecem o uso de [ʁ], como consideram esta uma característica errônea da variedade de São Tomé, pois este é um traço que afasta o PSTP do PE, padrão difundido pela escolarização do país. De outro modo, parte das gerações mais jovens, que empregam [ʁ] de forma mais frequente, encaram sua variedade linguística como marca cultural do que Bouchard (2018) define por santomensidade.

Isso fica ainda mais evidente ao considerarmos aspectos demográficos de STP como expresso na figura 5. O emprego de [ʁ] é mais comum entre as gerações mais novas, mais especificadamente entre pessoas abaixo de 35 anos, o que equivale a aproximadamente 80.8% da população do arquipélago. De outro modo, [r] foi privilegiado por pessoas mais velhas, as quais compõem cerca de 19.2% da população de STP.

Figura 5– Emprego de [ʁ] e [r] conforme a idade.



Fonte: elaboração baseada em dados do WorldBank, Population Pyramid.net. e em Bouchard (2017).

Esses dados sugerem que a mudança em curso teria como direção a vibrante [ʁ], pois adultos jovens, que correspondem ao maior contingente populacional do país, apresentam a maior frequência de uso de tal variante (54.8%), ao passo que pessoas nascidas antes da década de 70 produzem menos o [ʁ] (5.9%) (BOUCHARD, 2018, p. 08).

Diante dos resultados de Bouchard (2017), que demonstra ser [ʁ] favorecido por falantes mais jovens, podemos pensar na existência de gramáticas concorrentes com a possibilidade de o r-forte e o r-fraco estarem competindo. Essas variantes não são capazes de gerar oposição de pares mínimos ou caracterizar um estado de neutralização /R/, mas constituiriam formas concorrentes de um processo de mudança sonora em curso e, por isso, alternariam em todos os contextos fonotáticos em que o rótico é previsto, inclusive na fala de um mesmo falante. Nesse caso, embora haja formas concorrentes, o sistema fonológico do PSTP seria composto por apenas um rótico.

Nossa hipótese é reforçada a partir do trabalho de Agostinho, Soares e Mendes (2020) que analisa a fusão de quase-fonemas no português principense. Os autores demonstram a existência de fusão e de perda de contraste dos róticos em tal variedade em decorrência: (i) do *status* quase-fonêmico do r-forte e do r-fraco, pois, no PB, no PE e, em variedades pretéritas do português levadas à ilha, o contraste entre o r-forte [r, h, x, ʁ, ʁ̃] e o r-fraco [r̃] se dá, apenas, no contexto intervocálico; (ii) da sua baixa carga funcional no sistema, visto que o r-forte e o r-fraco produzem poucos contrastes fonêmicos em comparação a outros segmentos da língua,

como as oclusivas, as fricativas, entre outros; e, por fim, (iii) do contato linguístico com as línguas crioulas locais (AGOSTINHO; SOARES; MENDES, 2020).

Focando no contato linguístico, Agostinho, Soares e Mendes (2020) sugerem que o contraste fonêmico entre os róticos, no português do século XV, mantido em variedades como o PB e o PE, foi arrefecido após a emergência e o contato com crioulos de base lexical portuguesa, como o lung'le, o santome e o angolar, línguas faladas no arquipélago que carecem de contraste entre róticos e estavam presentes na emergência do PSTP. Esse comportamento não é exclusivo ao PSTP, sendo observado, ainda, em outras variedades africanas do português como o português moçambicano (PM).

Para Brandão e Paula (2018), no PM, o enfraquecimento do contraste entre os róticos ocorre em conjunto ao contato dessa variedade com diversas línguas bantu que apresentam apenas uma vibrante alveolar /r/, como o changana. Tendo em vista, desse modo, a situação de contato que subjaz o PSTP e o PM, as quais conviveram e convivem com línguas que possuem apenas um rótico em seu sistema fonológico, Agostinho, Soares e Mendes (2020) concluem que contrastes quase-fonêmicos de baixa carga funcional tendem a se fundir em situações de contato profundo com línguas com apenas um rótico.

A análise fonológica proposta neste artigo, o experimento conduzido por Agostinho, Soares e Mendes (2020) e a análise sociolinguística empreendida por Bouchard (2017), mesmo metodologicamente diferentes, atestam a fusão do r-forte e do r-fraco, sendo o contato linguístico e o favorecimento da variável [ʁ] pelos falantes jovens fatores importantes e necessários para compreendermos a perda de contraste entre os segmentos. A discussão em torno do estatuto do(s) rótico(s), no inventário fonológico do PSTP, trilha caminhos diferentes do que se verifica no PB e no PE: há apenas um fonema rótico nessa variedade, cujas produções fonéticas alternam em todos os contextos silábicos, tônicos, vocálicos e em início, meio e final de palavra. O PSTP apresenta, desse modo, regras sonoras próprias que nem sempre coincidem com as do PE e PB.

Tal fenômeno, ao mesmo tempo que evidencia um traço inerente ao PSTP, elucida um problema linguístico e social frequente aos países africanos falantes de língua portuguesa, visto que o PE é, ainda a norma local, questão frequente em outros Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP). Em STP, apesar de o PSTP apresentar estruturas particulares, como é o caso da fusão dos róticos, que justificam o estabelecimento de uma norma nacional, apenas o PE é reconhecidamente utilizado no ensino formal. Esse problema, comum a outros países africanos, será abordado em maior profundidade na seção 5, na qual discutimos os fatores socio-históricos que respaldam a emergência do PSTP, além de ressaltarmos a urgência de

reconhecimento e estabelecimento de uma norma santomense própria para mitigar os efeitos de uma abordagem lusitanizante da língua que ainda é propagada nos PALOP.

5. A emergência e a disseminação do PSTP

Nesta seção, discutiremos, com base na análise da literatura, os fatores sociais e ideológicos que explicam a presença e, posteriormente, a ascensão do português ao estatuto de língua materna em STP. Para tanto, tratamos, na seção 5.1, do período colonial, ao passo que, na seção 5.2, apontamos, sucintamente, fatos do período pós-colonial que explanam o estatuto atual do português em STP.

Essas questões serão avaliadas mediante uma compilação e análise crítica da literatura, pautada em teorias sobre a linguagem que acomodam as interações sociais locais que foram essenciais para o desenvolvimento e avanço do português em STP. Para fatores socio-históricos e ideológicos nos basearemos, sobretudo, em Egudu (1978), Kloss (1978), Ferraz (1979), Clyne (1992), Bourdieu (2008), Labov (2008), Nascimento (2008), Hagemerijer (2009), Ladhams (2009), Seibert (2015), Bandeira (2017), Bouchard (2019), Araujo (2020) e AUTOR(A) (no prelo), bem como por dados presentes nos censos de STP e na constituição do país.

Ademais, complementando a literatura, o trabalho de campo realizado, ao permitir a imersão da pesquisadora na comunidade de fala alvo deste estudo, possibilitou um melhor entendimento sobre a relação do falante com a língua portuguesa, as línguas autóctones e as diferentes variedades de português faladas em STP. A estadia no arquipélago foi essencial para a observação de práticas culturais locais e as interações humanas estabelecidas na comunidade de fala investigada. Além disso, durante as gravações eram realizadas perguntas mais diretas que nos auxiliavam a compreender a percepção dos falantes em relação à realidade plurilíngue local e variação linguística. Alguns exemplos são: (i) há diferentes formas de se falar o português no seu país? (ii) quais você nota e o que você acha disso? (iii) você ou alguém de sua família fala alguma língua crioula? (iv) caso não fale, tem interesse em aprender? As respostas a tais questões viabilizaram a compreensão do espaço social destinado à língua portuguesa e da atitude do falante em relação a esta e às demais línguas do arquipélago.

3. 1 Período Colonial: implementação, contato e políticas assimilatórias

Por volta da metade do século XV, os portugueses aportaram, pela primeira vez, na ilha de São Tomé (FERRAZ, 1979). A ilha era desabitada e, inicialmente, houve apenas a instalação de um entreposto de escravizados, atividade que permitia a passagem rápida de portugueses e africanos pelo local. A partir de 1493, no entanto, esse contexto foi modificado e São Tomé passou a receber um contingente maior de colonizadores portugueses, o que culminou, conseqüentemente, na fixação de africanos raptados de diferentes regiões do continente africano na ilha (FERRAZ, 1979; LADHAMS, 2007).

Nesse período, mesmo os portugueses configurando o povo numericamente minoritário, compunham um grupo mais homogêneo e, socialmente, detinham o poder econômico e político do arquipélago. Os povos africanos, em contrapartida, escravizados e, posteriormente, alforriados, sempre foram demograficamente mais numerosos e heterogêneos em relação aos europeus e, de outro lado, massacrados e violentamente encarcerados à base da pirâmide social. Essa convivência socialmente forçada e desigual entre os diversos povos instalados no arquipélago promoveu o contato entre línguas africanas ininteligíveis, dos diversos grupos étnicos escravizados, e o português do século XV, que, por ser a língua do colonizador, grupo social dominante, consistia em um alvo linguístico, ao mesmo tempo que compunha um projeto colonial de assimilação e domínio.

A fixação do português como alvo linguístico relaciona-se diretamente à prática de políticas de assimilação empregadas pela coroa portuguesa, assim como por outros países europeus durante a expansão marítima. “Assimilação colonial”, em geral, é uma terminologia associada à colonização francesa no continente africano, porém, também foi implementada por outros países imperialistas, como é o caso de Portugal. A ideia que subjaz tal política é a de que os povos escravizados deveriam incorporar costumes europeus, anulando-se enquanto sujeitos pertencentes a um determinado grupo étnico (EGUDU, 1978). A cultura europeia, assim, era concebida como a norma de civilidade pela qual todas as demais culturas deveriam ser mensuradas e comparadas: logo, quanto mais distinto de moldes europeus um indivíduo estava, mais “barbarismo” era atribuído a ele.

A aquisição da língua portuguesa correspondia, justamente, a uma imposição necessária para a assimilação completa dos povos forçosamente levados a STP e, nas gerações posteriores, de seus nativos. A língua portuguesa, ao ser eleita como componente central de uma suposta norma de civilidade europeia, passou a corresponder a um requisito de “civilização” naquele contexto, ao contrário das línguas africanas identificadas como a expressão da “barbárie” e da “selvageria”. Tais pressões linguísticas eram acompanhadas por outras medidas institucionais que visavam o apagamento étnico dos grupos africanos do arquipélago: apartados de sua família

e sociedade, tinham, ainda, que, além de abdicar de seu código linguístico, muitas vezes, de sua cultura e religiosidade.

Todavia, apesar de o português ser o alvo linguístico da sociedade local, nunca houve *input* português suficiente para disseminá-lo como língua majoritária dos diferentes grupos étnicos alocados na ilha. Enquanto isso, a pluralidade linguística ali instaurada, em conjunto com uma demanda comunicativa imposta pelo contexto social e econômico implementado em STP, com questões demográficas, e com o português como produto de dominação política, possibilitaram o desenvolvimento de línguas autóctones: os crioulos de base lexical portuguesa que emergiram no arquipélago.⁷

De fato, após o estabelecimento dos diferentes grupos étnicos e linguísticos no arquipélago, D. Manuel decretou, em 1.515, que uma mulher escrava deveria ser dada a cada exilado português da ilha, assentindo, posteriormente, liberdade aos filhos gerados dessa união institucional. A primeira geração de escravizados livres foi fundamental para a nativização de um pidgin⁸ falado em STP que foi disseminado por todo o país (HAGEMEIJER, 2009; BANDEIRA, 2017). O protocrioulo do golfo da Guiné (PGG), após emergir na ilha de São Tomé, foi ramificado a partir das divisões geográficas de alguns grupos de falantes, resultando em quatro línguas crioulas filhas do PGG: (i) *fa d'ambô*, falado na ilha de Ano Bom (pertencente à Guiné Equatorial); (ii) *lung'Ie*, empregado na ilha do Príncipe; (iii) *santome* ou *forro* falado na capital São Tomé e nas suas imediações e (iv) *angolar*, língua da comunidade dos Angolares, antiga comunidade quilombola localizada ao sul da ilha de São Tomé (BANDEIRA, 2017).

Essas línguas foram, amplamente, difundidas pelo arquipélago, configurando, durante todo período colonial, as línguas mais faladas do país. O português, ao contrário, estava restrito a uma parcela irrisória de STP composta por portugueses e por parte da geração alforriada de escravizados. Isso não foi alterado, inclusive, nem mesmo com a entrada de novos grupos ao arquipélago, como os contratados cabo-verdianos que chegaram a STP no segundo período de colonização a partir do século XVIII até o século XX (SEIBERT, 2015).⁹ Durante esse período, STP, onde já eram faladas o *santome*, o *lung'Ie* e o *angolar*, recebeu o *kabuverdianu*, língua

⁷ Entendemos por “crioulos” as novas línguas emergidas em um ambiente multilíngue, onde uma língua politicamente dominante convivia com várias outras línguas socialmente desvalorizadas.

⁸ Um pidgin é uma língua emergencial resultante do contato prolongado entre grupos de pessoas sem uma língua em comum; ela evolui quando eles precisam de algum meio de comunicação verbal, mas nenhum grupo aprende a língua nativa de um outro grupo por razões sociais, tais quais a falta de confiança ou contato próximo (HOLM, 2000, p. 5).

⁹ Esse segundo período de colonialismo português é consolidado no regime de contrato, visto que a escravidão havia sido abolida em 1875, e é caracterizado pelo influxo expressivo de contratados (SEIBERT, 2008; 2015).

nativa de Cabo Verde que passou a ser empregada e transmitida no arquipélago pela migração cabo-verdiana.

O domínio do português pela população autóctone e pelos contratados e seus descendentes instalados nas ilhas nos séculos XIX e XX sempre foi definido, desde muito cedo, como um valor bem avaliado na sociedade santomense. No entanto, poucos tinham acesso a um *input* que possibilitasse a aquisição, ou mesmo o aprendizado tardio, do português, fato que circunscrevia a aquisição do português, inicialmente, à pequena elite formada por portugueses e alforriados em STP. Baixo era o *input* português oferecido, visto que a população portuguesa do arquipélago sempre foi proporcionalmente exígua se comparada à população nativa ou mesmo aos contratados. Em geral, aquela nunca ultrapassou 2% da população total de STP, enquanto o número de nativos sempre se manteve acima de 98% (NASCIMENTO, 2010). Dessa forma, considerando o número de falantes, o uso do português, no período pré-independência, não era expressivo (ARAUJO, 2020): a população portuguesa não era grande suficiente para a difusão de um *input* que pudesse ser acessado por todos e a população nativa e contratada não tinha o português como língua materna de transmissão intergeracional – fato que passa a ser alterado no período pós-colonial, tema da seção 3.1 a seguir.

5.1 Período Pós-colonial: oficialização, ascensão e poder simbólico

Durante o período de descolonização em África, ao longo das décadas de 1960 e 1970, São Tomé e Príncipe também fixou sua independência no dia 12 de julho de 1975 - após cinco séculos de dominação colonial demarcada por violência, opressão e exploração. Apesar de, na constituição do país, não estar pontuado, até a presente data, a fixação legal do português como língua oficial do país, esse foi adotado como língua oficial, sendo empregado em todas as instituições locais, nos atos oficiais do governo, nas escolas, além de ser incorporado pela mídia como língua de comunicação.

Nesse período, as línguas locais eram amplamente faladas e, mesmo na constituição constando, como política educacional, um comprometimento com a cultura nacional, não há menção às línguas autóctones ou qualquer preocupação com políticas linguísticas que as preservassem, como demonstrado pelo artigo 5º da constituição de STP:

ARTIGO 5º O combate contra o analfabetismo e obscurantismo constitui uma das principais finalidades da política educacional da República Democrática de S. Tomé e Príncipe que promoverá o ensino em todos os graus, assegurando as condições necessárias ao desenvolvimento das ciências e da arte e dedicará uma atenção particular ao incremento da cultura nacional. (Constituição de São Tomé e Príncipe).

Ao contrário: o português, mesmo sendo a língua numericamente menos falada, foi assumida como língua oficial, ainda que tal oficialidade não tenha necessitado de documentação para seu acatamento.

Por trás desse ato, frequentemente são observadas justificativas que remetem à tentativa de promover uma pretensa unificação nacional elegendo como oficial uma língua que não pertence a nenhum dos grupos étnicos locais. Todavia, como nos aponta Araujo (2020), tal neutralidade é inexistente, visto que o português já configurava, na época, a língua de um grupo social local: a elite santomense. O português, por ser a língua da antiga metrópole e, portanto, já codificada, foi facilmente imposta de maneira generalizada no território santomense, obedecendo, assim, a uma ação glotopolítica de homogeneização de populações plurilíngues, em geral falantes de línguas minorizadas (MONTEAGUDO, 2012). Reconhecida como oficial – ainda que, como supracitado, tal oficialidade não tenha sequer sido documentada na constituição do país –, a língua portuguesa continuou a ser beneficiada institucionalmente, reforçando, assim, sua autoridade política e social sobre as demais línguas do arquipélago.

A ascensão do português é explanada, assim, por fatores externos ao sistema linguístico, sobretudo pelas relações de poder que permeavam e permeiam a sociedade santomense e, portanto, permeiam os usos das línguas faladas no arquipélago. Ainda sobre a oficialidade de uma língua, Bourdieu (2008) pontua:

É no processo de constituição do Estado que se criam as condições da constituição de um mercado linguístico unificado e dominado pela língua oficial: obrigatória em ocasiões e espaços oficiais (escolas, entidades públicas, instituições políticas etc.), esta língua de Estado torna-se a norma técnica pela qual todas as práticas linguísticas são objetivamente medidas (BOURDIEU, 2008, p. 32)

Logo, seguindo a lógica do sociólogo, notamos que a oficialidade do português em STP, após 1975, reforçou as condições necessárias para manutenção e reforço da dominação linguística do português. Somando-se a isso, o português passou a ser associado à língua unificadora da recém República Democrática de São Tomé e Príncipe e, por propiciar uma ideia de consolidação e união daquela comunidade há pouco independente, teve seu uso legitimado pela população. A esse respeito, é preciso considerar, sobretudo, o papel da escolarização – a qual sempre foi realizada em língua portuguesa: o ensino nas línguas autóctones foi ignorado e o ensino do português, na época uma língua estrangeira, implantado e reforçado oficialmente.

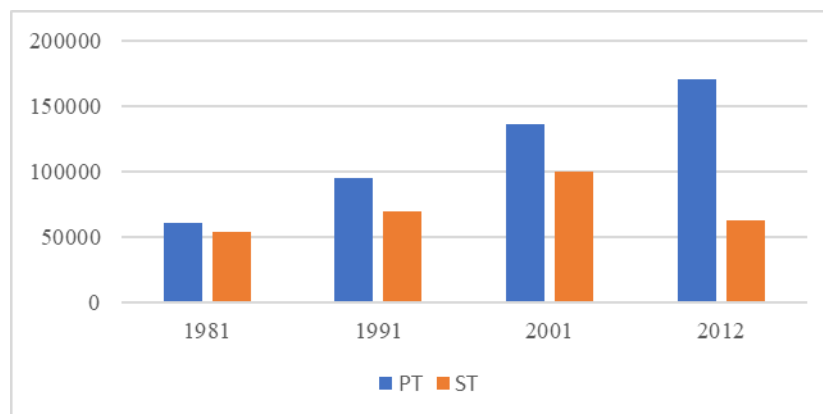
Esse movimento em que as línguas europeias coíbem línguas autóctones não é habitual apenas em STP, mas configura uma prática recorrente em locais onde há convivência entre

línguas europeias e diversas outras línguas não-europeias (NUNES, 2019). A obrigatoriedade do português fez com que esta língua fosse e ainda seja difundida por meio do ensino formal, conduzindo à sua imposição e, paralelamente, à legitimação da língua oficial. É justamente o ensino formal de STP que, até hoje, fabrica e difunde a ideia que a norma europeia é legítima, ao passo que as variedades santomenses são desvalorizadas – um padrão ideológico que acompanha o pluricentrismo da língua portuguesa. Em geral, variedades não-europeias são balizadas em relação ao PE, variedade historicamente mais antiga e forte política e economicamente.

Somando-se a isso, tendo em vista o *locus* social ocupado pelo português em STP, em consonância com a ausência de políticas linguísticas voltadas às línguas crioulas, não são surpreendentes os efeitos glotocidas da língua portuguesa no arquipélago. A comparação entre os últimos censos de STP demonstra, por exemplo, que, enquanto as línguas crioulas têm o número de falantes cada vez menor, principalmente ao contrastarmos os censos de 2001 e 2012, o português tem sido amplamente falado, especialmente a partir do censo de 1991.

Na figura 6, por exemplo, contrastamos o número absoluto de falantes que se autodenominam falantes do português (PT) nos censos de 1981, 1991, 2001 e 2012, com o número absoluto de falantes do santome (ST), a segunda língua mais falada no arquipélago. Como é evidenciado, enquanto o número de falantes do português aumentou exponencialmente, o número de falantes do santome caiu entre 2001 e 2012.

Figura 6 – Número de falantes do português e do santome.

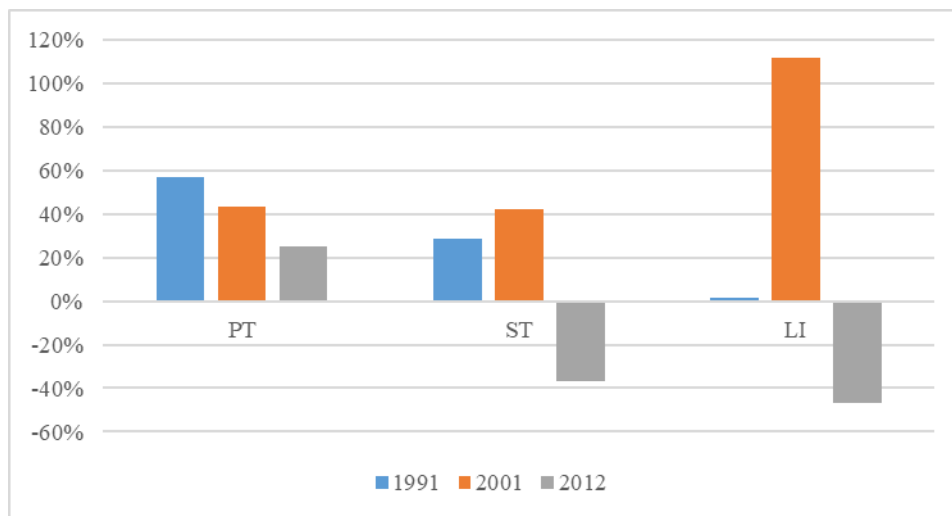


Fonte: adaptado do INE (1981, 1991, 2001 e 2012).

No gráfico da figura 7 isso é ainda mais evidente ao compararmos o percentual de falantes entre os censos. No que tange ao português, notamos que embora o percentual do

número de falantes não tenha aumentado de um censo para o outro (57% 1981-1991; 43% 1991-2001; 25% 2001-2012), isso se deve à estabilidade de tal língua como a mais falada no país. Já em relação ao santome, houve um aumento de 29% entre 1981-1991 e depois de 42% entre 1991-2001, para depois haver uma queda de -37% entre 2001-2012. Por fim, para o lung'le, a relação numérica é ainda mais extrema: há um aumento de 2% entre 1981-1991 e de 112% entre 1991-2001, para enfim ser apresentada uma queda de -47%.

Figura 7 – Percentual de falantes entre os censos.



Fonte: adaptado do INE (1981, 1991, 2001 e 2012).

A oscilação de tais valores pode ser atribuída a uma série de fatores, dentre os quais está a própria natureza dos censos, a qual depende inteiramente da autodeclaração dos falantes que, por terem consciência da desvalorização generalizada das línguas crioulas no arquipélago, especialmente nos anos anteriores a 2001, podem omitir o fato de dominar uma ou mais das línguas locais. Além do mais, como as línguas crioulas são faladas, sobretudo, pelas gerações mais velhas, é esperado que, com a morte dessas pessoas, caso não haja transmissão linguística, tais línguas sejam cada vez menos faladas.

De fato, em STP, o português passou a ser transmitido em detrimento às línguas locais (BOUCHARD, 2019). Essa transmissão, no entanto, partiu de input de segunda língua (L2) do português. No período pós-colonial, as gerações anteriores adquiriam as línguas crioulas em casa e, posteriormente, durante o ensino formal aprendiam o português. Todavia, cientes do papel social desempenhado pelo português, língua que abria portas ao mercado de trabalho e, conseqüentemente, à possibilidade de ascensão social, os falantes de português L2 passaram a transmitir essas línguas às novas gerações, as quais a adquiriam como L1. Nesse processo, as

línguas crioulas foram, muitas vezes, preteridas, pois havia o temor de que essas atrapalhassem a aquisição do português (BOUCHARD, 2019).

Vemos, desse modo, a relevância da atitude do falante no processo de transição do estatuto de língua pouco falada à língua mais falada do arquipélago. Para Bourdieu (2008, p. 37), apesar de a institucionalização de uma língua poder funcionar como uma coerção jurídica ou quase jurídica para o domínio linguístico de um determinado código linguístico, tais coerções, no máximo, impõem a sua aquisição, mas não sua utilização autônoma e mesmo seu emprego generalizado, como o que ocorreu com o português em STP. Para o autor, toda dominação simbólica, inclusive aquela realizada por meio da língua e de seus usos, depende, também, da convivência daqueles que sofrem seu impacto. Tal condescendência, em STP, não configuraria uma submissão passiva ou mesmo uma livre adesão aos valores da elite santomense, mas uma tentativa de a população local acessar os lucros simbólicos e materiais que o emprego do português poderia oferecer (BOURDIEU, 2008). Os falantes, desse modo, notam, avaliam e julgam diferentes comportamentos linguísticos fundamentados nos valores estigmatizados ou bem avaliados social e culturalmente.

É a partir desse julgamento, intrinsecamente já enviesado pelos valores socialmente construídos nos períodos colonial e pós-colonial e atribuídos às línguas, que o cenário linguístico atual de STP foi forjado: as línguas crioulas autóctones sendo cada vez menos empregadas e o português consolidado como a língua mais falada, gerando, portanto, a emergência de diferentes variedades do português – as quais também são submetidas a juízos de valores sociais pelos seus falantes, como discutido na seção 6.

6. Língua portuguesa de STP: atitude do falante, pluricentrismo e reconhecimento de uma norma nacional

Segundo Lambert e Lambert (1968), a atitude do falante é constituída por três componentes distintos: o saber ou crença (componente cognoscitivo); a valoração (componente afetivo); e a conduta (componente conativo). Logo, a atitude linguística de um indivíduo comporia a confluência de fatores como suas crenças, conhecimentos, afetos e, por fim, inclinações a comportar-se de um determinado modo diante de um cenário sociolinguístico, onde uma ou mais línguas são utilizadas. Em STP, era de amplo conhecimento que o português era a língua relacionada às melhores perspectivas de lucro simbólico e material e, naturalmente, tal crença moldou a valoração subjetiva e coletiva atribuída às línguas do arquipélago e, conseqüentemente, a ação dos falantes frente a seus possíveis usos linguísticos. A esse respeito,

Bouchard (2019) demonstra que as ideologias linguísticas construídas em STP foram fundamentais para a escolha de uso de código linguístico realizada pela população, sendo um aspecto central para a mudança do emprego do santome para o português. Logo, o social em sua existência dupla como algo externo (objetivo) e interno (subjetivo) (BOURDIEU, 1989) aos indivíduos, ao esculpir a atitude do falante, promoveu a difusão do português e, conseqüentemente, o desenvolvimento do PSTP e mesmo de outras variedades da língua faladas no arquipélago.

Todavia, apesar da consolidação do português em STP, caracterizada pela emergência de uma variedade local própria - o PSTP -, esta variedade é, muitas vezes, comparada ao PE (especialmente a variedade lisboeta), sendo preterida e deslegitimizada em suas diferenças. Assim, mesmo o português configurando a língua mais difundida em STP, não há, ainda, uma variedade nacional estandardizada, ausência que transparece na escolarização que mantém uma gestão política da língua portuguesa unilateral que tem a variedade europeia como padrão.

Por trás de tal ato ideológico e político, o PE assume a autoridade linguística de norma eleita para difusão e, conseqüentemente, contribui para moldar a atitude dos falantes que, muitas vezes, passa a ser negativa em relação às variedades autóctones e, no caso do processo examinado neste artigo, em relação à produção de [ʁ] em contextos linguísticos distintos ao PE. A esse respeito, ao longo de uma entrevista com uma professora de língua portuguesa santomense da rede de ensino pública da ilha de São Tomé, há a seguinte afirmação sobre a variação do rótico:

Isso é um pouco de nossa pronúncia. E muitas vezes nós pronunciamos quase tudo a mesma forma ca[r]o e ca[r]o e pronto. E muitas vezes nós enfatizamos muito quando há dois 'erres' dizendo ca[r]o e outro é ca[r]o. Acho que isso também tem a ver a questão da pronúncia, aquilo que ele ouve, ele acha que é para produzir do mesmo jeito. [...] Se pronunciamos mal, quem ouve, ouve também com deficiência, ao produzir, produzem mal.

(Mulher, santomense, 33 anos)¹⁰

A professora, enquanto falante do PSTP, reconhece que o rótico é alvo de variação e que, muitas vezes há a produção de formas homófonas, como exemplificado pela própria falante: “*pronunciamos quase tudo a mesma forma ca[r]o e ca[r]o e pronto*”. A professora, nesse excerto, associa esse fato, presente na fala, com a questão dos alunos, muitas vezes, confundirem ortograficamente a grafia dos róticos, um aspecto esperado em decorrência da própria variação que acomete tal grupo como discutido ao longo da seção 4. A troca ortográfica

¹⁰ As transcrições foram feitas exatamente conforme a fala da participante.

de <r> por <rr> é facilmente observada em STP, como exemplificado pela figura 8, em que a palavra **tirou** é grafada como <tirrou>, indicando, assim, que a variação fonológica do rótico no PSTP se reflete na ortografia.

Figura 8 – <tirrou recebeu> - grafia do rótico <rr> na palavra ‘tirou’ em estabelecimento no Príncipe.



Fonte: acervo pessoal.

Agostinho e Mendes (2020) chamam atenção para o fato de que a fusão dos róticos deve ser levada em consideração pelos professores da variedade, já que a regra de uso de <r> e <rr> não condiz a uma distinção fonológica, como é o caso em PE e PB. Porém, apesar de, linguisticamente, a fusão dos róticos ser comprovada, a valoração sobre esse fenômeno em STP é ainda majoritariamente negativa, sendo associada a uma pronúncia deficiente, conforme indicado pelo excerto: “*Se pronunciamos mal, quem ouve, ouve também com deficiência, ao produzir, produzem mal*”.

A partir dessa reflexão, os efeitos de uma abordagem unilateral da língua portuguesa que tem como alvo o PE e culmina na ausência de standardização de uma norma própria a STP ficam claros: as características linguísticas inerentes às variedades autóctones são avaliadas

socialmente em relação ao PE, tido como paradigma, e, por isso, permanecem em um local de inferiorização e marginalização. A relação entre língua e poder é, portanto, central para a compreensão das relações entre as diferentes variedades de uma língua pluricêntrica como o português, sendo socialmente pré-concebida a sobressalência da variedade europeia em relação ao PSTP ou a qualquer outra variedade do país. O sistema escolar reforça e confere tal autoridade: legitima o PE como língua modelo, apesar desta não corresponder à variedade falada pelos alunos e sequer pelos professores e, portanto, como esperado, falha em sua transmissão ao mesmo tempo que mantém seu *status quo* e prolonga os resquícios de uma política colonial regada à preconceito linguístico.

Adotar o PE enquanto norma linguística santomense é a perpetuação de um ato ideológico com raízes colonialistas, muito embora tal ação possa ser realizada e reforçada de forma inconsciente ou não pelas autoridades locais e, também, pelos falantes. Isso ocorre porque são, como discutido ao longo desta seção, precisamente, as ideologias construídas socialmente que orientam os usos linguísticos dos indivíduos e, no caso de STP, são estas que promoveram uma atitude negativa e discriminatória em relação às variedades autóctones do português.

O preconceito linguístico, em STP, é reforçado pelo ensino formal e por outros canais oficiais de comunicação, como a mídia. A discriminação a qual o PSTP e outras variedades não-europeias do português são submetidas corrobora sua inferiorização a um espaço social marginal, sendo negada a tais variedades sua participação oficializada nas escolas, na mídia e em outros espaços institucionais. A urgência de estabelecimento de uma norma linguística própria a STP é explícita, como demonstrado no excerto a seguir:

Precisamos parar e pensar na nossa variedade. Nós falamos português diferente. Nós temos nossa variação, embora que nós ensinamos seguindo a gramática portuguesa, mas nós santomenses temos nossa variante língua portuguesa [...] ainda não fomos capazes de nos conscientizarmos que nós falamos diferente. Nós falamos português sim, como os brasileiros falam língua portuguesa, os angolanos falam língua portuguesa, os moçambicanos falam português [...] Cada um tem sua variedade. Eu não falo como portuguesa porque não sou portuguesa, eu sou santomense. [...] Enquanto não pararmos e fizermos essa reflexão profunda para dizer "nós temos nossa variedade, nós falamos língua portuguesa sim", mais custoso vai ser. Enquanto não conseguimos fazer isso, estaremos sempre manquejando.

(Mulher, santomense, 33 anos)

Por meio desse trecho, verificamos que a falante identifica a existência da variedade santomense, como também reforça a necessidade e importância de que tal fato seja de reconhecimento e, nas palavras da professora, conscientização comunitária, podendo, assim, ser transferido para escolarização. Chama atenção, outrossim, o fato de a professora repetir,

algumas vezes, “*nós falamos a língua portuguesa sim*” reafirmando que, apesar de apresentarem uma variedade distinta das demais, ela também se caracteriza enquanto língua portuguesa.

A fala da professora traz em evidência o espaço social reservado ao PSTP em contraposição à norma europeia no arquipélago, além de evidenciar uma dicotomia social no posicionamento da falante: ao mesmo tempo que revela o discernimento da informante, enquanto professora de língua portuguesa, sobre a demanda de uma norma linguística própria ao arquipélago, demonstra que as marcas de variação das variedades autóctones são julgadas a partir das regras normativas do PE.

A esse respeito, foi observado, durante o trabalho de campo em STP, que alguns falantes tentam, inclusive, camuflar sua variedade, esforçando-se para falar de forma mais próxima à norma lisboeta. Em geral, as expressões “português de casa” e “português de saída” são recorrentes no discurso de membros da comunidade ao se referirem ao emprego da língua portuguesa em STP: o primeiro correspondendo a uma fala menos automonitorada, muitas vezes, “acrioulizada” conforme reportado pelos próprios falantes, e o segundo compondo um uso da língua portuguesa produzido mediante esforços para cumprir as regras que se aplicam ao PE, porém não evidenciam o PSTP ou as demais variedades autóctones do arquipélago.

Mudar essa concepção entranhada socialmente é parte central dos trabalhos de linguistas, além de ser, como apontado por Wilson (2020), um ato de cidadania e construção democrática. A variação linguística não somente é inerente a toda e qualquer língua natural, como é fundamental para sua vitalidade, sendo imprescindível uma abordagem linguística e política sensível à diversidade que promova a inclusão de variedades africanas em todos os espaços de uso linguístico. Linguagem, poder e identidade são, assim, faces indissociáveis do pluricentrismo da língua portuguesa, demonstrando que as diferentes variedades do português, além de características estruturais singulares, trazem, em seu cerne, valores políticos que refletem padrões de relações sociais e, ao mesmo tempo, podem modificar as regras que regem um determinado sistema.

7 Considerações Finais

A emergência do PSTP transpassa questões estruturais, sociais e ideológicas. É imprescindível, assim, a confluência dessas dimensões da língua para a fixação de uma norma própria ao arquipélago. Ao longo deste estudo, levantamos algumas discussões relativas à

política linguística em consonância com a análise fonológica empregada, visto que a língua, além de ser identificada por uma estrutura formal, é variável, e, portanto, configura um fenômeno social, geopolítico, histórico e cultural. A emergência do PSTP está, desse modo, intrinsecamente relacionada a fatores sociais da sociedade santomense que alimentam ideologicamente a atitude do falante, especialmente às possibilidades de lucro simbólico e, conseqüentemente, material, reservadas aos falantes de português, língua oficial e disseminada pelas instituições oficiais.

Concluimos, assim, que aspectos estruturais, culturais, sociais e históricos explicam a ascensão do PSTP como língua majoritária e materna dentro de um país plurilíngue, onde outras línguas eram amplamente faladas em contraposição com o português. Tendo por foco a análise do estatuto dos róticos, no inventário fonológico do PSTP, constatamos, por exemplo, que tal discussão percorre trajetórias formais distintas em contraposição ao debate acerca do estatuto fonológico do rótico no PB e no PE: há apenas um rótico /r/ no quadro consonantal do PSTP, o qual não produz distinção de significado a partir da comutação de pares mínimos e gera itens homófonos diante de uma produção de /r/ posteriorizada ([x, ɣ, h, fi, r, ʁ]) alternando com a realização de um tepe [r]: **caro** ['ka.ʁu] ~ ['ka.ru] e **carro** ['ka.ʁu] ~ ['ka.ru].

A fusão dos róticos, no PSTP, constitui um fator estrutural basilar na consolidação do PSTP enquanto variedade linguística que apresenta variação e se consolida como variedade legítima do português, com restrições sonoras singulares. Diante das discussões propostas, por fim, procuramos evidenciar a urgência de fixação de uma norma própria ao arquipélago que possa suprimir o espaço de marginalização ao qual o PSTP e outras variedades não-europeias do português são encerradas perante uma concepção social e linguística lusitanizante da língua.

REFERÊNCIAS

AGOSTINHO, Ana Livia. 2016. *Róticos em contexto intervocálico no Português da Ilha do Príncipe: fonologia e educação*. In: IX ENCONTRO DA ABECS. Brasília, Universidade de Brasília.

AGOSTINHO, Ana Livia; SOARES, Eduardo & MENDES, Maiara. 2020. Merging of quasi-phonemes in contact situations: evidence from rhotics in Principense Portuguese. In: ANNUAL MEETING ON PHONOLOGY: 2020, California, University of California Santa Cruz.

AGOSTINHO, Ana Livia & MENDES, Maiara. 2020. A grafia dos róticos intervocálicos no português da Ilha do Príncipe: fusão fonológica e ensino. *Veredas - Revista de Estudos Linguísticos* 24(3). 154 -176.

- ARAUJO, Gabriel. 2020. Há uma política linguística para o português em São Tomé e Príncipe?. In: SOUZA, Sweder.; OLMO, Francisco (Orgs.). *Línguas em português – A Lusofonia numa visão Crítica*. Porto: Universidade do Porto Press. 173-197.
- BANDEIRA, Manuele. 2017. *Reconstrução fonológica e lexical do protocioulo do Golfo da Guiné*. 2017. (Tese de doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- BOURDIEU, Pierre. 1989. *O poder simbólico*. DIFEL, Lisboa
- BOURDIEU, Pierre. 2008. *A economia das trocas linguísticas*. EDUSP, São Paulo.
- BOUCHARD, Marie-Eve. 2017. *Linguistic variation and change in the Portuguese of São Tomé*. 2017. (Tese de doutorado), Department of Linguistics, New York University, New York.
- BOUCHARD, Marie-Eve. 2018. A distinctive use of R as a marker of Santomean identity. *Journal of Belonging, Identity, Language and Diversity* 2(1). 6-24.
- BOUCHARD, Marie-Eve. 2019. Language shift from Forro to Portuguese: Language ideologies and the symbolic power of Portuguese on São Tomé Island. *Lingua* 228.1-16.
- BRANDÃO, Silvia Figueiredo et al. 2017. Róticos na variedade urbana do Português de São Tomé. *Papia*, São Paulo 27(2). 293-315.
- BRANDÃO, Silvia Figueiredo & PAULA, Alessandra. 2018. Róticos nas variedades santomense e moçambicana do Português. In: BRANDÃO, Silvia Figueiredo (Org.). *Duas variedades africanas do Português: variáveis fonético-fonológicas e morfossintáticas*. São Paulo: Blucher. 93-118.
- CALLOU, Dinah; LEITE, Yonne & MORAES, João. 2002. Processo(s) de enfraquecimento consonantal no português do Brasil. In: ABAURRE, Maria & RODRIGUES, Angela. (Org.) *Gramática do português falado VIII: novos estudos descritivos*. Campinas, Unicamp/ Fapersp. 537-555.
- CÂMARA JR, Joaquim Mattoso. 1971. *Problemas de linguística descritiva*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1971.
- CÂMARA JR, Joaquim Mattoso. 1970. *Estrutura da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Vozes.
- CLYNE, Michael (Ed.). 1992. *Pluricentric Languages: differing norms in different nations*. Berlin, New York: Moutoun de Gruyter.
- EGUDU, Romanus. 1978. Negritude versus Assimilation. In: EGUDU, Romanus. *Modern African Poetry and the African Predicament*. New York: Barnes & Noble Books.30-44.
- FERRAZ, Luiz. 1979. *The creole of São Thome*. Johannesburg: Witwatersrand University Press.
- GONÇALVES, Rita. 2010. *Propriedade de Subcategorização verbal no português de S. Tomé*. 2010. 151f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa.
- GONÇALVES, Rita & HAGEMEIJER, Tjerk. 2015. O português num contexto multilingue: o caso de São Tomé e Príncipe. *Revista Científica da Universidade Eduardo Mondlane* 1(1). 84-103.
- HAGEMEIJER, Tjerk. 2009. Initial vowel agglutination in the Gulf of Guinea creoles. In: ABOH, Enoch & SMITH, Norval (Ed.). *Complex processes in new languages*. Amsterdam/Filadélfia: John Benjamins Publishing Company. 29-50.
- HOLM, John. 2000. *An Introduction to Pidgins and Creoles*. Cambridge: Cambridge University Press.
- INE. *Instituto Nacional de Estatística (INE): São Tomé e Príncipe em Números*. São Tomé. Disponível em: <http://www.ine.st/2012.html>. Acesso em: 20 ago. 2013
- KLOSS, Heinz. 1978. *Problems of Language Policy in South Africa (BAND 16) (Ethnos)*. Braumüller: Universidade de Indiana.

- LABOV, William. 2008. *Padrões sociolinguísticos*. São Paulo: Parábola, 2008.
- LADHAMS, John. 2007. Article Agglutination and the African Contribution to the Portuguese-based Creoles. 2007. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/322224100_Article_agglutination_and_the_African_contribution_to_the_Portuguese-based_Creoles> Acesso em: 12 maio de 2020.
- LADEFOGED, Peter & MADDIESON, Ian. 1996. *The Sounds of the World's Languages*. Oxford UK: Blackwell Publishers.
- LAMBERT, William & LAMBERT, Wallace. 1968. *Psicologia social*. Rio de Janeiro: Zahar.
- LINDAU, Mona. 1985. The story of /r/. In: FROMKIN, Victoria (ed). *Phonetic Linguistics: essays in honor of Peter Ladefoged*. Orlando, FA: Academic Press.157-168.
- LUCCHESI, Dante & BAXTER, Alan. 2009. A transmissão linguística irregular. In: LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan & RIBEIRO, Ilza. *O português afro-brasileiro*. Salvador: EDUFBA. 101-124.
- MATEUS, Mira & D'ANDRADE, Ernesto. 2000. *The Phonology of Portuguese*. Oxford: Oxford Linguistics.
- MENDES, Maiara. 2021. Descrição e análise da produção oral dos róticos intervocálicos no português principense. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia para obtenção do Bacharelado em Letras), Universidade Federal de Santa Catarina.
- MONTEAGUDO, Henrique. 2012. A invenção do monolingüismo e da língua nacional. *Gragoatá* 17(32). 43-53.
- MUFWENE, Saliloko. 2004. *The Ecology of Language Evolution*. Cambridge: Cambridge University Press.
- NASCIMENTO, Augusto. 2010. *História da Ilha do Príncipe*. Lisboa: Oeiras.
- NASCIMENTO, Augusto. *Atlas da Lusofonia. São Tomé e Príncipe*. Lisboa: Prefácio, 2008.
- NUNES, Ariele. 2019. Identidade e aprendizagem no crioulo haitiano. *PAPIA* 29(2). 81-109.
- PEREIRA, Rodrigo; HAGEMEIJER, Tjerk; FREITAS, Maria. 2018. Consoantes róticas e variação no português de São Tomé. *Revista da Associação Portuguesa de Linguística* 4(9). 206-224.
- RODRIGUES, Celeste. 2012. Todas as codas são frágeis em português europeu? *Revista Lingüística* 8 (1). 138-149.
- SEIBERT, Gerard. 2015. Colonialismo em São Tomé e Príncipe: hierarquização, classificação e segregação da vida social. *Anuário Antropológico/2014* 40(2). 99-120.
- SILVA, Augusto Soares da (Ed.). 2013. *Pluricentricity: Language Variation and Sociocognitive Dimensions*. New York: De Gruyter.
- WILSON, Francelino. *Pedagogia do Léxico: variedades mão-europeias como recurso para o Ensino e aprendizagem de português/L2 em Moçambique*. *Platô*, 4(8). 10-32.
- WORLD BANK. Health Nutrition and Population Statistics. 2019. Retrieved: 20/11/2020. Disponível em: https://datacatalog.worldbank.org/dataset/s%C3%A3o-tom%C3_%A9-and-principe-world-bank-group-country-survey-2019. Acesso em: 12 ago. 2020.